

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Um dos resultados mais importantes da mudança de política económica iniciada em finais de 2015 é a redução para metade da taxa de desemprego.

Como o INE divulgou, na semana passada, a taxa de desemprego situa-se em 6,1%, o valor mais baixo dos últimos 17 anos e rigorosamente metade dos 12,2% verificados no 4.º trimestre 2015, quando iniciámos funções.

Mais importante ainda é o facto de o desemprego ter descido ao mesmo tempo que aumentou a população ativa. Isto significa que a taxa de desemprego não baixou por ter havido mais pessoas a emigrar ou por haver mais desencorajados que desistiram de procurar emprego. Não, é exatamente o oposto: há mais pessoas em Portugal encorajadas e disponíveis para trabalhar. Hoje há mais 386.000 pessoas com emprego em Portugal.

Por outro lado, há dois fatores que importa reter. Primeiro, 95% dos postos de trabalho líquidos

criados ao longo da legislatura anterior consistiram em contratos sem termo.

Segundo, o aumento do emprego e a redução da precariedade foi nos últimos 4 anos acompanhada de melhoria em 9% do rendimento salarial médio.

A nova política económica provou contribuir positivamente para reforçar o crescimento económico, a consolidação das finanças públicas, o reforço da sustentabilidade da segurança social e para termos mais e melhor

emprego. Há que prosseguir, pois há ainda muito caminho a percorrer.

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Em matéria de emprego, a presente legislatura será marcada por três grandes prioridades: o reforço do combate à precariedade, a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e um novo impulso à valorização do trabalho.

A primeira prioridade visa garantir um horizonte de vida estável e previsível para quem trabalha. As recentes alterações introduzidas no Código do Trabalho, vieram reforçar o combate à precariedade, designadamente, limitando a duração e renovação de contratos a prazo, penalizando a rotação excessiva de trabalhadores e fazendo com que quem está à procura de primeiro emprego ou é desempregado de longa duração deixe de estar sujeito, por essa circunstância, a ser contratado a prazo. Medidas que exigem agora uma maior capacidade de fiscalização, para evitar expedientes e abusos que põem em causa a dignidade do trabalho.

A segunda prioridade consiste em promover uma maior conciliação entre a vida pessoal, familiar e a atividade profissional. Esperamos, por isso, concluir em breve um acordo na concertação social quanto ao programa “Três em linha”, que apresentámos no final do ano passado e que contempla um vasto conjunto de medidas destinadas a assegurar um equilíbrio saudável entre o trabalho, a família e o lazer.

A terceira prioridade reside na política de rendimentos.

É certo que a política de rendimentos não se resume à componente salarial. Tem de envolver a fiscalidade sobre o trabalho, as transferências não monetárias no acesso aos serviços públicos de qualidade e outros rendimentos como as pensões e as prestações sociais.

Mas a evolução salarial tem um papel fulcral.

É imperioso alcançar uma repartição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico. Numa frase: impõe-se melhorar os rendimentos de quem trabalha. Necessitamos, pois, de um movimento generalizado de subida

dos salários. Movimento que só poderá ocorrer sendo assumido e partilhado tanto pelos sindicatos como pelos empregadores em diálogo social, com dinamização da contratação coletiva, assente na concertação social e num crescimento sustentado da economia e da solidez das empresas.

Por isso, convidámos todos os parceiros sociais a negociar um acordo global sobre crescimento económico e política de rendimentos. Um acordo que, de forma equilibrada e responsável, permita contribuir para a melhoria da produtividade das empresas e aumentar o peso dos salários no PIB.



Queremos, pois, celebrar um Pacto para o crescimento, com mais investimento, melhor conhecimento e maior rendimento. Um pacto que garanta que todos beneficiam das oportunidades e do bem-estar proporcionados pelo crescimento económico, ao mesmo tempo que promove a modernização das empresas e a competitividade da nossa economia, nomeadamente através de uma forte aposta na inovação e no reforço da articulação entre os sistemas de formação e ensino e o tecido produtivo.

Como tal, queremos também chegar a acordo com os parceiros sociais quanto à valorização salarial dos jovens qualificados. Temos hoje em dia a geração mais bem preparada de sempre, mas infelizmente ainda não temos a remuneração mais justa de sempre. Aliás, desde a crise económica que o prémio salarial das qualificações, isto é, o acréscimo remuneratório de quem tem um maior nível de qualificação, tem vindo a diminuir, sobretudo para os mais jovens. Assim, importa fixar um referencial para a contratação coletiva, definindo qual deve ser o prémio de qualificação aplicável não só a quem tem uma licenciatura, mas também a quem frequentou um curso técnico superior

profissional ou possui uma certificação profissional.

Por fim, há que elevar consistentemente o valor do salário mínimo. O salário mínimo é um importante instrumento de combate às desigualdades e de erradicação da pobreza no trabalho. Por isso, não pode evoluir só com base na inflação e na melhoria da produtividade. Se assim fosse, o salário mínimo só cresceria 12% até 2023, atingindo os 672€.

Ao assumirmos a ambição de atingir os 750€ em 2023, damos expressão ao objetivo de vencer a

situação de pobreza, para um casal em que só um dos membros trabalha a 100% do tempo, para um casal com dois filhos, em que cada um trabalha pelo menos 67% do tempo, e para uma família monoparental com um filho.

Estamos a ir mais longe – *ainda* mais longe – do que na legislatura anterior. Se nos últimos quatro anos o salário mínimo aumentou 95€, nos próximos quatro aumentará 150€. O aumento de 19% na legislatura anterior, o maior ritmo de sempre, será agora superado por um aumento de 25%. Sendo que, no conjunto das duas legislaturas, o salário mínimo passará de

505€ para 750€, isto é, terá um aumento de quase 50%.

Para o próximo ano, depois de termos consultado os parceiros sociais e ponderado as suas propostas, o Governo irá amanhã aprovar em Conselho de Ministros o valor do salário mínimo, fixando-o em 635€. Trata-se de um aumento de 5,8%, adequado à situação económica e social que vivemos e perfeitamente compatível com o nosso objetivo de legislatura.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Mais Crescimento, Mais Emprego, Maior Igualdade, com contas certas tem sido o nosso lema.

Neste quadruplo objetivo nenhum é sustentável sem os demais e cada um contribui positivamente para que todos sejam alcançados.

Por isso, ao olhar para a política de rendimentos e para a evolução dos salários, olhamos também para as condições necessárias à melhoria da produtividade das empresas, como a formação profissional ou os incentivos ao investimento, à

redução dos seus custos de contexto e de outros fatores de produção, como a energia, à garantia de transição justa face aos desafios digital e ou das alterações climáticas, a melhoria das infraestruturas ou o apoio à internacionalização com abertura de mercados e a promoção da produção nacional.

É para este esforço coletivo que todos estamos convocados e a que o Governo diz presente!